

01/08/2016 - 05:00

Ação PN da Oi terá direito a voto em 2017

Por **Graziella Valenti**

As ações preferenciais da Oi vão ganhar direito de voto a partir de abril de 2017, assim que o balanço deste ano e as contas da administração forem aprovadas pelos acionistas em assembleia geral ordinária. O direito será automático a partir de então pois a empresa completa, em 2016, três exercícios sem distribuir dividendos e assim determina a Lei das Sociedades por Ações para todas as companhias abertas.

É bastante provável que, com isso, os preferencialistas participem da última etapa de aprovação da recuperação judicial da empresa, mesmo se todo o processo ocorrer dentro do prazo regulamentar. Segundo a legislação, o direito de voto só é suspenso quando a empresa retoma o pagamento do provento aos seus acionistas.

A tele entrou com pedido de recuperação judicial em 20 de junho, com débitos de R\$ 65 bilhões para serem reestruturados.



As preferenciais da Oi representam 23% do capital total, descontados os papéis em tesouraria. A baixa proporção deve-se a uma conversão voluntária em ordinárias que a operadora realizou em março de 2015 e que não teve adesão integral. A conquista do direito de voto terá impacto, especialmente, sobre o poder político da Pharol, que possui 27,5% do capital votante da Oi, equivalentes a 22,2% do total.

Devido aos Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro terá recesso forense, o que deve dar à companhia tempo para trabalhar no plano de recuperação para apresentação até o começo de outubro. Depois, serão mais 120 dias úteis até a aprovação em assembleia de credores.

Dos R\$ 65 bilhões em débitos, pouco mais da metade são títulos de dívida emitidos no mercado internacional. A expectativa é que, em função do perfil desses investidores e da necessidade da Oi de reequilibrar a estrutura de capital, boa parte desses compromissos seja convertida em capital. Assim, alguns dos atuais credores serão os acionistas da operadora.

A conversão de dívida em capital é feita por meio de um aumento de capital. Nele, os créditos viram moeda para 'compra' das novas ações que serão emitidas.

A companhia está avaliada em R\$ 1,4 bilhão na bolsa, conforme o fechamento de sexta-feira. A expectativa é que haja grande diluição dos atuais acionistas, ainda que seja utilizado o valor de face dos títulos para a conversão em capital - os papéis estão sendo negociados próximos de 20% a 25%.

As condições para esse processo constarão do plano de recuperação, que precisa da aprovação dos credores. Contudo, o aumento de capital para execução do que os credores decidirem dependerá de aprovação dos acionistas, em assembleia geral. Mas só porque aumento de capital é uma operação que exige aval em assembleia.

Na negociação privada que a Oi vinha fazendo, antes da recuperação judicial, com os detentores da dívida internacional, havia proposto que ficassem com 70% de seu capital. Na contra-proposta, eles queriam 95%.

Como essa conversão deve ser a última etapa de todo o trabalho de recuperação e a convocação de uma assembleia precisa de 30 dias de antecedência (para companhias com ações negociadas na bolsa de Nova York, como é o caso), é razoável estimar que os preferencialistas entrarão no jogo de poder que se tornou o futuro da tele.

O preço das ações da Oi tem mostrado grande volatilidade. Além de um noticiário agitado, a própria cotação de valor unitário baixo contribui para a instabilidade. Investidores com perfil especulativo costumam gostar de papéis com pequeno valor, conhecidas como "ações de centavos".

Levantamento realizado pelo **Valor Data**, mostra que desde o pedido da recuperação judicial foram negociadas 368,850 milhões de ações ordinárias e 732,915 milhões de preferenciais, no total acumulado. É como se 71% das ordinárias tivessem trocado de mãos e como se as preferenciais tivessem trocado de dono 4,7 vezes.

Nelson Tanure, acionistas que vem tentando trocar a administração da Oi, parece já ter entendido o potencial dos papéis hoje sem direito a voto.